

Pensionista não paga mais

O Conselho de Curadores da Fundação Celos suspendeu o desconto da contribuição à Celos que incidia sobre os proventos dos pensionistas. A suspensão é retroativa a 01.05.94 e se fundamentou na Reavaliação Atuarial e no Plano de Custeio de 1994 (tudo de acordo com o parecer favorável do atuário). Tomara que a Fundação Celos sempre tenha superávit para que se possa suspender também a contribuição dos aposentados.

Os bons momentos

Encerrando a mostra itinerante, estarão em exposição amanhã na Central de Atendimento/Celesc, no centro de Florianópolis, as fotografias que flagram os bons momentos de companheirismo que marcaram a recente greve na Celesc. Até agora a mostra foi vista por mais de mil pessoas em sete locais de trabalho.

Demitidos e os descontos

Na rescisão contratual dos demitidos das cooperativas do Sul, houve o desconto de empréstimo da Fundação Celos. Posteriormente, quando estes trabalhadores retornaram para a Celesc, o desconto voltou a ser efetuado. Depois de muitas reuniões a Intercel e Diretoria da Celesc resolveram o problema do duplo desconto e são os autores da solução e não alguns chefes que agora andam se promovendo com o caso.

Debatendo a ética

Hoje, 7 de julho, às 19 horas, no auditório do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, acontece um debate com o professor de Filosofia da Universidade de Madri, Carlos Díaz. As discussões vão girar em torno do tema "Por uma Ética da solidariedade nos movimentos sociais". O auditório fica na sede do sindicato (Rua Visconde de Ouro Preto, 308).

Escolha o seu representante

Vão estar abertas de 18 de julho a 5 de agosto, na sede do Sinergia, as inscrições para representante sindical, cuja eleição acontece dia 17 de agosto. Para se inscrever basta preencher uma ficha de inscrição e entregar uma foto 3X4.

A impunidade está acabando

O Diretor Administrativo da CEEE, Ibanês César Cassel, foi preso, semana passada, por ordem da Justiça, por ter suspenso o pagamento de adicional de periculosidade a cinco funcionários da empresa. Ele foi preso pela Polícia Civil, em sua casa, às 7h 30min da manhã do dia 29 de junho e ficou na delegacia até às 11h 30min, quando o pagamento foi efetuado.

LINHA VIVA

Nº 276
07/07/94

Ações de estatais vão lastrear a nova moeda MP inclui privatização do Setor Elétrico

A Medida Provisória do Real abriu oportunisticamente as portas para a definitiva privatização do setor elétrico e de outras estatais. A criação do Fundo de Amortização da Dívida, composto por ações de estatais é um dos principais dispositivos para "lastrear" o plano e assegurar a paridade do Real com o Dólar.

Assim, a privatização pode acontecer sem aprovação de nenhuma legislação específica, como a Lei das Concessões. Irão para o Fundo, que será gerido pelo BNDES, todas as ações de propriedade da União em empresas federais - como a Eletrosul - e inclusive ações das estaduais, como a Celesc, onde a Eletrobrás detém ações.

Expediente semelhante a este foi usado pelo presidente da Argentina, Carlos Menem, para bancar a paridade do austral com o dólar. O resultado foi o aniquilamento do patrimônio público e a liquidação dos setores de telecomunicações e energia elétrica.

Atualmente a Argentina encontra-se em situação crítica, pois na busca de manutenção de uma paridade artificial de sua moeda com o dólar, o governo queimou as reservas cambiais e o patrimônio público. Agora, o plano da Argentina que inspirou FHC está em crise e a população sai às ruas para protestar.

TORNEIRA - Um detalhe interessante é que as ordens de alienação de ações serão expedidas por portarias do Ministro da Fazenda. Isso quer dizer que o ministro tem o controle de uma torneira que ele vai abrir, segundo os seus critérios, para amortizar a dívida pública e segurar o valor do Real. Pode-se prever que será uma festa para os especuladores das bolsas de valores que poderão adquirir valiosos



ativos por preços abaixo do valor patrimonial.

Um agravante disso é que segundo a Medida, ao BNDES não caberá nenhuma responsabilidade pelas "eventuais" oscilações no mercado acionário que possam afetar a cotação das ações por ocasião das alienações. Em suma, o BNDES ficará isento de responsabilidade com as transferências de ações com preços aviltados, beneficiando especuladores e grupos econômicos.

Além do mais, a MP congela artificialmente as tarifas que, para o setor elétrico poderá resultar no reinício da inadimplência entre concessionárias e na paralisação de obras, com possibilidades de racionamento de energia.

O Comando Nacional dos Eletricistas está se mobilizando para enfrentar a situação. O momento é da sociedade, em especial os eletricistas se mobilizarem contra mais esta tentativa de liquidação irresponsável do patrimônio público. É preciso impedir a aprovação deste texto no Congresso Nacional.

Curso de política

De 11 a 15 de julho, no auditório do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, acontece um curso promovido pelo Sinergia e outras entidades, intitulado "Estado, sindicalismo e partidos políticos" e ministrado pelo professor João Bernardo, autor do livro Economia dos conflitos sociais.

Curta os gaúchos

O Sinergia está promovendo a 2ª Mostra de Cinema, que apresenta cinco filmes de curta metragem feitos no Rio Grande do Sul (Obscenidades, Passageiros, Barbosa, Ilha das Flores e O Dia em que Dorival Encarou a Guarda). A mostra começa dia 13 no auditório da Agência/Celesc e Serão/Eletrosul, às 12h 30min.

Justiça para cargos e salários

Os empregados da Celesc de Rio do Sul escreveram para o Sinergia para dizer que estão aguardando ansiosos pela entrada da II Etapa do Plano de Cargos e Salários da empresa. Nesta etapa serão corrigidas as distorções funcionais e salariais dependendo da aprovação da diretoria da empresa para a sua implantação.

Assembléia do Sinergia

Dia 12, às 17h 30min (primeira convocação) e 18 horas (segunda convocação), no refeitório da Elase, acontece assembléia geral dos empregados da Eletrosul para discutir e votar a pré-pauta de reivindicações do acordo 94/95.

Villa Lobos e as Iaras Espetáculo de teatro e dança infantil/juvenil

Dia 09 e 10 de julho
20 horas; no CIC
R\$ 3,00

Estêbônus vale um real na compra de ingressos
R\$ 1,00
desconto
Ingressos na bilheteria do CIC

Floripa é campeã em miséria

Dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que colocam Florianópolis como a segunda Capital em número de miseráveis, superando inclusive os grandes centros urbanos, serviram como um elemento a mais para que os participantes da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar tomassem a posição de que é efetivamente necessário envolver outros setores da sociedade e principalmente os governantes na luta contra a fome. A 1ª conferência estadual aconteceu em Florianópolis nos dias 25 e 26 de junho e elaborou propostas nas áreas de abastecimento, produção, educação, saúde e saneamento básico que servirão de subsídios para formulação de uma Política de Segurança Alimentar.

Participaram delegados de 12 municípios representando 80% das regiões do estado, que trouxeram documentos resultantes da conferências regionais que haviam sido realizadas nos meses anteriores. As propostas foram discutidas em grupos, depois em plenária e sistematizadas num outro documento com mais de 100 itens que servirão como contribuição do estado para a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que acontecerá de 27 a 31 de julho em Brasília.

A intenção das entidades e pessoas envolvidas na luta contra a fome é que o

resultado de toda esta discussão seja incluída como ponto de programa dos candidatos à presidência da República, e, principalmente, seja implementado por quem for eleito. As propostas levantadas nas conferências estaduais incluem também a geração de novos empregos, uma discussão que precisa envolver todos os setores da sociedade.

Entre as propostas apontadas pelos participantes da conferência de Santa Catarina estão a da criação do Sisvan (Sistema de Vigilância Alimentar), que visa acompanhar o desenvolvimento de todas as crianças de 0 a 5 anos de idade; que as comunidades tenham controle e acesso aos armazéns do governo que estocam alimentos, isto porque, muitas vezes estes alimentos apodrecem por falta de gerenciamento; a Caixa Econômica Federal e outros bancos que financiam habitação devem ser fiscalizados para garantir que os recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) seja aplicado prioritariamente em construção de casas populares; ainda dentro das principais propostas, os conferencistas apontaram a Reforma Agrária como fundamental para solução dos problemas da terra como forma de garantir que as pessoas permaneçam nos seus locais de origem evitando aumentar os bolsões de pobreza nos grandes centros.

ISTO É REAL

Argentinos contra o Plano Cavallo

Interesses eleitoreiros da elite brasileira remetem o país para uma aventura na qual a Argentina já entrou e hoje mostra ao mundo sua amarga experiência

O centro de Buenos Aires ficou completamente ilhado, nesta quarta-feira. Desde domingo milhares de trabalhadores saíram de suas casas nos mais remotos locais da Argentina e se dirigiram à capital para protestar contra o Plano Cavallo, que, em 1991, equiparou o peso ao dólar causando a maior miséria e desemprego ocorridos no país.

As manifestações que repudiavam a política social e o ajuste econômico imposto à nação argentina vem de longa data. Começaram com uma sucessão de conflitos no interior do país ano passado. Estes movimentos foram se agrupando em torno do

Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA - uma dissidência da CGT - peronista que apóia o governo) e Movimento dos Trabalhadores Argentinos (MTA). Foram os dois que organizaram a **Marcha Federal**. Nela estão trabalhadores públicos, operários, empregados da iniciativa privada, pequenos e médios empresários, produtores agropecuários, estudantes e aposentados. E, apesar de ter iniciado com um caráter não partidário, passou a contar nos últimos dias com o apoio de todos partidos políticos que fazem oposição ao presidente Carlos Menem.

MISÉRIA E VIOLÊNCIA

Depois da implantação do Plano Cavallo o desemprego alcançou o nível mais alto da história do país (12%), os salários ficaram congelados e os preços aumentaram cerca de 50% desde 91. Além disso as importações são cada vez maiores (já que o dólar com a paridade sofre uma espécie de subsídio tornando os produtos



Camionês chega à capital vindo da Patagônia

mais baratos) fechando, em consequência, inúmeras fábricas. As pequenas e médias empresas da cidade e meio rural sofreram aumento de impostos e as altas taxas de juros castigam todo setor produtivo, fazendo prosperar apenas o setor financeiro.

O presidente Carlos Menem destacou um policiamento de 20 mil guardas em torno do centro da capital onde fica o Palácio Rosado e disse que o objetivo da mobilização era provocar situações de violência na sociedade. Advertiu àqueles que faltassem ao trabalho para participar da marcha que teriam desconto no salário. E disse que nem mil marchas como esta mudarão sua política econômica. Para ele o protesto tem um objetivo essencialmente político, visando as eleições

do ano que vem, quando Menem pretende se reeleger ao cargo de presidente da República.

A oposição quer agora promover uma greve geral em agosto.

As âncoras do Real

José Alvaro Cardoso e Jorge Gouvêa
Economistas do Dieese

O Plano Real possui três âncoras explícitas e uma dissimulada. As âncoras fiscal, monetária e cambial são lembradas recorrentemente pelo governo. Já a salarial, vem disfarçada com o véu da negociação entre patrões e empregados. Livre negociação esta, que de livre não tem nada já que a existência de oito milhões de desempregados no país, mata na raiz o ânimo reivindicatório do trabalhador empregado. Ainda que em troca de um salário miserável.

O plano conta com vários elementos a favor, alguns dos quais são: a) foi bem elaborado tecnicamente, se comparado à média dos planos anteriores; b) existe na sociedade brasileira um (quase) consenso de que a inflação precisa ser erradicada; c) o Banco central possui reservas de 40 bilhões de dólares, dez vezes superior que as existentes quando do Plano Collor I; d) a economia brasileira hoje é uma economia mais aberta às importações; e) o país colheu uma safra agrícola recorde (76 milhões de toneladas de grãos).

O êxito do Plano, no entanto, vai depender da interação destes elementos com alguns elementos contrários: a) a dimensão eleitoral do Plano (especialmente seu "timing"), que coloca pelo menos

em tese, todos os candidatos menos um contra o seu sucesso; b) a permanência do conflito distributivo (luta pela recuperação das perdas, ações judiciais contra artigos ou a totalidade do Plano, etc); c) a inflação de julho.

De qualquer sorte, o peso das medidas adotadas - congelamento do câmbio e dos salários (no caso destes, congelamento de fato e não de direito) mais as metas rígidas de expansão da moeda - somado ao fato de que ocorreu um brutal aumento de preços na fase de existência da URV, garantirá uma queda brusca da inflação em junho e nos meses seguintes. Mas esta não é a questão fundamental a ser discutida. Afinal, bem ou mal todos os planos conseguiram reduzir a inflação imediatamente à sua edição. O problema central está na contenção duradoura dos preços, isto é, no fôlego do Plano. Este, talvez seja o calcanhar-de-aquiles do Plano real.

Nestes dias de transição da URV para o real, foi realizado um acordo, tácito ou não, entre governo-empresariado-grande imprensa, no sentido de vender a idéia da neutralidade do Plano. Segundo esta tese, o real tem belas chances de domar a inflação sem impor prejuízos maiores - ou distribuindo-os igualitariamente - a nenhum segmento social. O tumor será extraído sem dor, graças à anestesia, supostamente fornecida pela fase URV. Esta funcionaria como um anestésico duplo: no que se refere aos salários, as perdas reais seriam compensadas pelos aumentos nomi-

nais em moeda podre, o Cruzeiro real; quanto às mercadorias, os quatro meses possibilitariam o acerto de seus preços relativos.

A nossa percepção é a de que o anestésico foi bem menos eficaz do que o governo desejaria. É desnecessário repisar aqui o problema da perda salarial ocorrida a partir de 1º de março e, novamente, a partir de 1º de julho na transição para o real. Basta dizer que uma cesta básica de alimentos custou em junho 68,90 Reais (URV) em Florianópolis, acusando em dólar (Real) um aumento de 10% desde março último. Vale lembrar que, feitos os descontos, o salário mínimo não chega a R\$ 60,00, significando que em junho ele não foi suficiente para adquirir a cesta para um adulto. Que neutralidade é essa que enjaula salários e deixa os preços subirem livremente meses a fio?

O jogo inflacionário jamais termina com escorre de 0 X 0. A perda que os assalariados sofrem em decorrência do chamado imposto inflacionário, significa necessariamente ganho para determinados segmentos da sociedade. Assim, como a inflação, os planos criados para derrotá-la também não são neutros, alguém sempre paga o custo da estabilização, necessariamente. O Plano Real, ao tentar realizar o truque de acabar com a inflação sem penalizar aqueles que enriqueceram com ela, novamente apresenta a conta para os trabalhadores.

TRIBUNA LIVRE

Parece Pesadelo... Mas é Real

Manifesto publicado pela Central Única dos Trabalhadores

O Brasil é um país rico em minérios e reservas naturais. Tem um fantástico mercado consumidor e um formidável parque industrial. Não existem tragédias naturais que gerem doenças ou exorbitantes gastos públicos.

Então, porque o brasileiro vive tão mal em comparação a um trabalhador europeu, japonês ou norte-americano?

Se o país está em crise, aperta-se o cinto, do trabalhador é claro. Foi assim durante os planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor. Hoje, o Governo, mais uma vez, tira da cartola um plano econômico que diz resolver, do dia para a noite, todos os problemas. Mas se verificarmos detalhadamente, quase todos os brasileiros saem perdendo. Assim o Governo Itamar, com seu plano FHC, cortou investimentos, aumentou impostos, congelou os salários em URV e liberou os preços em URV.

Agora implanta uma nova moeda, dizendo que ela é forte e sem inflação, só que os preços estão lá em cima, porque o plano permitiu que os grandes empresários tivessem tempo para aumentar sua margem de lucro, praticando preços abusivos. Tomando como exemplo a cesta básica de dezembro de 93 a junho de 94 teve um acréscimo de 52% em URV, enquanto os salários foram arrojados passando para o Real pela média.

Com a entrada para o Real, a poupança e os salários terão uma perda de 25% por causa do expurgo dos índices de inflação e ainda perderão com a aceleração da inflação que ocorreu nos últimos 10 dias de junho de 94.

O Governo vai manter os juros elevados e o câmbio fixo, o que dificulta investimento na produção e o desenvolvimento e trará queda das exportações e aumento das importações, que aumentará o número de desempregados, hoje em 8 milhões, no Brasil. A manutenção do câmbio fixo obrigará o país a queimar parte significativa das reservas internacionais e como o próprio governo está prevendo que haverá inflação em Reais, portanto mantém mecanismos de correção de impostos como a Ufir.

A decisão absurda do TST de dar trégua de três meses, não concedendo aumentos reais nos dissídios, a pedido do Executivo, afronta o princípio constitucional da independência dos poderes e mostra que o plano tem fôlego curto, ou seja, o engano deve durar três ou quatro meses apenas (justamente até passar o período de eleições, pra ganhar voto. Dá pra aguentar?).

O Brasil precisa voltar a crescer, fixar o homem no campo, criar empregos, investir na produção e distribuir renda. Só assim estaremos construindo um país forte e soberano, onde impere a democracia e a justiça social.

Nós trabalhadores não podemos, não queremos e não devemos pagar novamente essa conta. Nós trabalhadores da cidade e do campo, temos um sonho e acreditamos poder realizá-lo com esta fórmula: Emprego, Salário, Reforma Agrária e Política Agrícola.

Editais de Convocação

Assembléia Geral Extraordinária

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis convoca todos empregados da Celesc/Eletrosul da base territorial do sindicato para assembléia a realizar-se no auditório do Sinergia (Rua Lacerda Coutinho, 149), no dia 14-07-94, às 18 horas, em primeira convocação, com número regular de presentes, e às 18h 30min, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1 - Discussão e aprovação das modificações estatutárias, resultantes do 2º Congresso dos Eletricistas;
- 2 - Tirada de delegado para o ENEL e XIII Congresso Nacional dos Urbanitários;
- 3 - Filiação do Sinergia à Federação Nacional Democrática dos Trabalhadores Urbanitários;
- 4 - Encaminhamentos.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Programação de Cinema

Esta é a programação do Centro Integrado de Cultura e ART7. Os eletricitários têm direito à meia entrada com apresentação da carteira do Siner-gia, conforme convênio.

CIC

Dias 7 e 8 de julho - 20h 30min - LAMARCA

Dia 9 de julho - sábado
18h 30min - Capitalismo Selvagem
20h 30min - Alma Corsária

Dia 10 de julho - domingo
16h 30min - LAMARCA
18h 30min - Capitalismo Selvagem
20h 30min - Alma Corsária

Dia 11 de julho -
20h 30min - Capitalismo Selvagem
Dia 12 de julho - terça-feira
20h 30min - Alma Corsária

ART7

Dias 7 e 8 de julho -
19 horas e 21 horas - FILA-DÉLFIA

Dias 9 e 10 de julho -
17 horas - Free Willy - O Menino e a Baleia
19 horas e 21 horas - FILA-DÉLFIA

De 11 a 14 de julho -
19 horas e 21 horas - FILA-DÉLFIA

Mais dinheiro público nas mãos da iniciativa privada

Repasse de recursos do Estado e União para reconstrução do Hospital Caridade de Florianópolis levanta suspeitas. É dinheiro da população caindo nos bolsos de uma entidade privada cujos lucros não passam por nenhum controle público

No início de junho o Fórum Popular de Saúde de Santa Catarina enviou um documento ao Conselho Nacional de Saúde denunciando a injeção de recursos dos governos Estadual e Federal no Hospital de Caridade de Florianópolis, atingido por um incêndio. O hospital é privado e pertence à Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos. O governo do Estado tem bancado a folha de pagamento do hospital e vem levantando fundos através de bônus lotéricos. Também se noticiou que o Ministério repassará 4 milhões de dólares à Irmandade, que já arrecadou milhares de dólares através de colaborações por telefone, jantares e seguro.

O Fórum considera que, apesar de tradicionalmente acolher a população carente, o Hospital de Caridade voltou-se basicamente para o lucro, exigindo complementação financeira de boa parte de seus pacientes. Para o Fórum a história se repete mais uma vez, com o repasse de recursos públicos para uma instituição privada, que possui equipamentos de última geração comprados com dinheiro público e que não foram atingidos pelos incêndio. O Caridade recebe ainda recursos provenientes de convênios com o SUS e com instituições de assistência privada dos trabalhadores. Enquanto isso, hospitais e ambulatórios públicos padecem com os cortes de orçamento, equipamentos sucateados e funcionários mal remunerados.

O Fórum Popular de Saúde alerta ainda que a população não



vem sendo esclarecida sobre as reais necessidades para a reconstrução do prédio incendiado, quando ainda estão programadas várias atividades para arrecadação de fundos. O problema se agrava ao saber-se que a Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos é proprietária de pelo menos 30 imóveis em Florianópolis e São José, de acordo com levantamento inicial feito em três cartórios da região.

No dia 8 de junho, o Fórum convocou coletiva com a imprensa e apresentou sua posição sobre o assunto. Em documento conjunto, a CNBB, através da regional Sul IV, as pastorais de Saúde, da Terra e Operária, a Associação dos Professores da UFSC, o Sindicato dos Previdenciários, a Associação Brasileira de Enfermagem em Santa Catarina, a

União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco) e Fórum Popular de Saúde questionam o repasse de dinheiro público e solicitam a análise do Conselho Nacional de Saúde e fiscalização do uso destes recursos pelos conselhos estadual e municipal e a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

Na 36ª reunião do Conselho Nacional de Saúde, a representante do Fórum Popular Estadual de Saúde de Santa Catarina entregou toda a documentação sobre a situação do Hospital de Caridade ao secretário executivo do Conselho. Diante dos fatos ali expostos, o ministro da Saúde, Henrique Santillo, anunciou que o ministério não vai mais repassar os 4 milhões de dólares que seriam destinados ao hospital.